



Regulamento Eleitoral do CSR

1º

O presente documento regula, nos termos e para os efeitos consignados no ponto 1 do art.º 18º dos Estatutos e no art.º 89º do Regulamento Interno Geral, do CSR – Centro Social de Recesinhos, o processo eleitoral dos respetivos Órgãos Sociais.

2º

A Assembleia Geral Eleitoral é convocada, nos termos dos estatutos e da lei, com pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência, devendo dela constar local, data, hora de início e de encerramento das urnas.

3º

1. Os órgãos sociais do CSR – Centro Social de Recesinhos, são eleitos quadrienalmente pela Assembleia Geral de entre os associados que:

- a) Estejam no pleno gozo dos seus direitos;
- b) Tenham em dia o pagamento das quotas;
- c) Tenham sido admitidos há mais de 12 meses, conforme o presente no ponto 2, do art.º

12º dos estatutos.

2. Consideram-se que estão no pleno gozo dos seus direitos os associados que não estejam, na data da realização da Assembleia Geral Eleitoral, a cumprir a sanção disciplinar de suspensão temporária ou que não estejam impedidos de exercer os seus direitos, nos termos legais ou estatutários.

3. Consideram-se que têm as suas quotas em dia, os associados que até à data da apresentação e validação das candidaturas, tenham pago a quota anual, semestral ou mensal, referente ao ano, semestre ou mês em que se realizam as eleições.

4º

1. Os candidatos organizar-se-ão em lista de candidatura contendo a respetiva identificação pessoal completa, bem assim como o respetivo número de associado.

2. Apenas são admitidas as listas que apresentem candidatos a todos os órgãos sociais, incluindo suplentes, com a seguinte distribuição:

- Assembleia Geral - 3 efetivos e suplentes em igual número;
- Conselho Fiscal – 3 efetivos e suplentes em igual número;

Instituição Particular de Solidariedade Social
Medalha de Mérito Municipal Dourada

- Direção – 5 efetivos e suplentes em igual número;

5º

As listas concorrentes à eleição farão acompanhar a respetiva candidatura de:

- a) Lista identificativa dos candidatos, referida no artigo anterior, com discriminação dos órgãos e cargos a que cada associado se candidata e identificação do proponente;
- b) Certidão do registo criminal.

6º

As candidaturas são apresentadas pelos respetivos candidatos e/ou seus proponentes.

7º

1. Os processos de candidatura deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral em funções, até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral Eleitoral.
2. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou seu substituo legal, no dia imediato ao do encerramento do prazo de apresentação de candidaturas procederá à verificação da respetiva regularidade.
3. Na mesma data, o Presidente da Assembleia Geral, ou seu substituto legal, notificará fundamentadamente os representantes das listas para, no prazo de 24 horas, suprir meras irregularidades.
 - a) Na mesma data, dará conhecimento das listas apresentadas aos mandatários de cada lista.
 - b) A notificação suprarreferida será igualmente remetida aos mandatários das restantes listas.
4. No prazo de 24 horas, pode igualmente qualquer candidatura ou associado impugnar a regularidade das listas propostas e a elegibilidade de qualquer candidato.
5. Não são admitidas as candidaturas que não cumpram os requisitos previstos nos artigos 4º e 5º, bem como não tenham cumprido o prazo previsto no n.º 1 deste artigo.
6. Decorrido o prazo para suprir irregularidades antes da sua publicação, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral informa todas as candidaturas da sua aceitação ou rejeição e os fundamentos desta.
7. São rejeitadas as candidaturas não elegíveis e as listas cujas irregularidades não tenham sido fundamentadamente supridas.

Instituição Particular de Solidariedade Social

Medalha de Mérito Municipal Dourada

8. As candidaturas regularmente recebidas serão afixadas na sede da Instituição, em lugar visível, bem como publicados no sítio institucional, logo após a sua validação.

9. Das deliberações da Mesa da Assembleia Geral cabe recurso à Assembleia Geral, o qual deve ser apresentado no prazo de 2 dias contados da notificação da mesma.

8º

1. A organização dos cadernos eleitorais compete à Direção da Instituição que aí incluirá os associados no pleno gozo dos seus direitos, nos termos previstos nos estatutos e no art. 3º deste regulamento.

2. Os cadernos eleitorais devem ser encerrados nas 24 horas que antecedem o início do ato eleitoral, dela constando todos os associados com capacidade eleitoral ativa.

3. Têm capacidade eleitoral ativa os associados que não estejam, no momento do encerramento dos cadernos eleitorais, a cumprir a sanção disciplinar de suspensão temporária ou que não estejam impedidos de exercer os seus direitos, nos termos legais ou estatutários.

4. Consideram-se que têm as suas quotas em dia, os associados que no momento do encerramento dos cadernos eleitorais, tenham pago a quota anual, semestral ou mensal, referente ao ano, semestre ou mês em que se realizam as eleições.

9º

1. A Assembleia Geral Eleitoral reúne na data e à hora constante da convocatória, iniciando-se desde logo a votação.

2. A Mesa da Assembleia Geral procederá à identificação dos votantes que terão de se fazer acompanhar do respetivo documento identificativo.

10º

1. A votação é direta e secreta, considerando-se eleita a lista que obtiver a maioria simples dos votos validamente expressos, não se considerando como tal os votos em branco ou nulos.

2. Consideram-se votos nulos aqueles que contenham alguma inscrição ou rasura.

Proposta aprovada pela Direção em 28 / 10 / 2019 - Aprovado em AG no dia 29 / 11 / 2019

O presidente Adão Afonso Nunes de Melo

O 1º secretário Francisco Ferreira Pereira

A 2ª secretária Flávia Luísa Palmeiro Huet de Bacelar